

Inovatech Network S.A. (Mercafácil)

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 254R2-001-PB



Índice

| | Página |
|--|---------------|
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis | 3 |
| Demonstrações contábeis | 6 |
| Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 | 12 |

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Rua Juiz de Fora, 1.406 -
Salas 601 e 602, Santo Agostinho -
Belo Horizonte (MG) Brasil
T +55 31 3289-6000
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Inovatech Network S.A. (Mercafacil)
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Inovatech Network S.A. (Mercafacil) (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inovatech Network S.A. (Mercafacil) em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme descrito na Nota Explicativa no 1, a Companhia registrou prejuízo de R\$ 1.583 no exercício, possui prejuízos acumulados de R\$ 38.906 e possui capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 1.365 em 2024 e R\$ 1.417 em 2023. A continuidade normal das suas atividades operacionais dependerá do sucesso na implementação das propostas apresentadas no referido plano, como a melhoria nos processos. Estes eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações contábeis, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades da Companhia e não refletem qualquer ajuste em relação a esta situação. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2025

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008.957/F-8**



**Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1**

Inovatech Network S.A. (Mercafacil)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo

| | Notas | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--------------------------------------|-------|--------------|---------------|
| Ativo circulante | | | |
| Caixa e equivalentes | 4 | 1.259 | 1.107 |
| Contas a receber | 5 | 3.557 | 3.604 |
| Impostos a recuperar | - | 29 | 194 |
| Despesas antecipadas | - | 88 | 213 |
| Total do ativo circulante | | 4.933 | 5.118 |
| Ativo não circulante | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 4.1 | - | 3 |
| Imobilizado | 6 | 797 | 914 |
| Intangível | 7 | 4.046 | 4.444 |
| Total do ativo não circulante | | 4.843 | 5.361 |
| Total do ativo | | 9.776 | 10.479 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Inovatech Network S.A. (Mercafacil)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

| | Notas | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|-------|--------------|---------------|
| Passivo circulante | | | |
| Fornecedores | - | 591 | 938 |
| Salários e encargos sociais | 8 | 3.360 | 3.344 |
| Impostos a recolher | 9 | 193 | 158 |
| Parcelamentos tributários | 10 | 1.789 | 1.803 |
| Outros passivos | - | 365 | 292 |
| Total do passivo circulante | | 6.298 | 6.535 |
| Passivo não circulante | | | |
| Parcelamentos tributários | 10 | 2.359 | 3.522 |
| Total do passivo não circulante | | 2.359 | 3.522 |
| Patrimônio líquido | | | |
| Capital social | 11.1 | 34.741 | 24.819 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 11.5 | - | 7.642 |
| Reserva de capital | 11.2 | 5.284 | 5.284 |
| Prejuízos acumulados | 11.3 | (38.906) | (37.323) |
| Total do patrimônio líquido | | 1.119 | 422 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 9.776 | 10.479 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Inovatech Network S.A. (Mercafacil)

Demonstrações do resultado para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Notas | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|-------|-----------------|-----------------|
| Receita líquida | 12 | 34.326 | 29.547 |
| Custo dos serviços prestados | 13 | (9.035) | (9.275) |
| Lucro bruto | | 25.291 | 20.272 |
| Despesas com vendas | 13 | (8.617) | (10.671) |
| Despesas gerais e administrativas | 13 | (6.573) | (6.422) |
| Despesas com P&D | 13 | (9.313) | (9.816) |
| Outras despesas operacionais | 13 | (1.866) | (863) |
| Despesas operacionais | | (26.369) | (27.772) |
| Prejuízo operacional | | (1.078) | (7.500) |
| Receitas financeiras | 14 | 78 | 875 |
| Despesas financeiras | 14 | (583) | (1.633) |
| Resultado financeiro | | (505) | (758) |
| Prejuízo líquido do exercício | | (1.583) | (8.258) |
| Quantidade de ações | 11.1 | 3.956.193 | 2.828.805 |
| Prejuízo por ação em reais R\$ - Diluído | | (0) | (3) |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Inovatech Network S.A. (Mercafacil)

Demonstrações do resultado abrangente para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|----------------|----------------|
| Prejuízo líquido do exercício | (1.583) | (8.258) |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Total dos resultados abrangentes | (1.583) | (8.258) |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Inovatech Network S.A. (Mercafacil)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Notas | Capital social | Adiantamento para futuro aumento de capital | Total das reservas de capital | Prejuízos acumulados | Total do patrimônio líquido |
|---|------------|----------------|---|-------------------------------|----------------------|-----------------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | | 19 | 19.853 | 5.284 | (29.065) | (3.909) |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - | (8.258) | (8.258) |
| Aumento de capital | 11.1_ 11.5 | 24.800 | (12.211) | - | - | 12.589 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | | 24.819 | 7.642 | 5.284 | (37.323) | 422 |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - | (1.583) | (1.583) |
| Aumento de capital | 11.1_ 11.5 | 9.922 | (7.642) | - | - | 2.280 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | | 34.741 | - | 5.284 | (38.906) | 1.119 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Inovatech Network S.A. (Mercafacil)

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Notas | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|------------|----------------|----------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Prejuízo líquido do exercício | | (1.583) | (8.258) |
| Ajustes para conciliar o prejuízo líquido | | | |
| Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa | 5 | 146 | 206 |
| Depreciações e amortizações | 6,7 | 883 | 26 |
| | | (554) | (7.797) |
| Redução (aumento) dos ativos | | | |
| Contas a receber | 5 | (99) | 1.340 |
| Impostos a recuperar | - | 165 | 55 |
| Despesas antecipadas | - | 125 | 686 |
| | | 191 | 2.081 |
| Aumento (redução) dos passivos | | | |
| Fornecedores | - | (347) | 491 |
| Salários e encargos sociais | 8 | 16 | (695) |
| Impostos a recolher | 9 | 35 | (316) |
| Parcelamentos tributários | 10 | (1.177) | 1.909 |
| Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos | - | - | (629) |
| Outros passivos | - | 73 | (631) |
| | | (1.400) | 129 |
| Caixa e equivalentes de caixa aplicado nas atividades operacionais | | | |
| | | (1.763) | (5.587) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | | |
| Aquisição participações societárias | - | - | (2.673) |
| Resgate de títulos e valores mobiliários | 4.1 | 3 | 0 |
| Adição de imobilizado | 6 | (199) | (56) |
| Adição de intangível | 7 | (169) | - |
| Caixa e equivalentes de caixa aplicado nas atividades de investimento | | | |
| | | (365) | (2.729) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Captação de empréstimos e financiamentos | - | - | 1.940 |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos | - | - | (4.166) |
| Antecipação de recebíveis sem sessão de risco | - | - | (1.029) |
| Caixa e equivalentes de caixa aplicado nas atividades de financiamento | | | |
| | | - | (3.255) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento com acionistas | | | |
| Aumento de capital | 11.1, 11.5 | 2.280 | 12.586 |
| Caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades de financiamento com acionistas | | | |
| | | 2.280 | 12.589 |
| Aumento no caixa e equivalentes de caixa | | | |
| | | 152 | 1.018 |
| Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa | 4 | 1.107 | 89 |
| Saldo final do caixa e equivalentes de caixa | 4 | 1.259 | 1.107 |
| Aumento no caixa e equivalentes de caixa | | | |
| | | 152 | 1.018 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Inovatech Network S.A. (Mercafacil), com sede à rua Luisa Dariva, 40, 12º andar, Campina do Siqueira, Curitiba-PR, foi constituída em 19 de novembro de 2010 e tem como objeto social a exploração dos ramos de desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não customizáveis.

A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Considerações da Administração sobre a continuidade operacional

O modelo de negócio da Mercafacil se baseia na venda de um serviço de gestão de clientes para o varejo alimentar, em troca de uma mensalidade. Hoje, a Companhia tem mais de 1.000 clientes e 3.500 lojas, atingindo mais de 10 milhões de CPFs.

Para chegar nesse nível de escala, a Companhia se financiava principalmente através de investimentos de terceiros, tendo recebido mais de R\$ 35.000 em aportes. O uso do capital se deu principalmente nas áreas de Tecnologia e Vendas. Essa estratégia de aumentar o time antes de atingir o breakeven – muito comum em empresas de tecnologia - foi alinhada com o Conselho de Administração, e resultou em um prejuízo acumulado de R\$ 38.906.

A partir do ano de 2023 a Companhia implementou medidas de ganho de eficiência, tendo reduzido seu quadro de funcionários em aproximadamente 50 pessoas. Essa estratégia se consolidou em 2024, ano em que a Companhia registrou um aumento de 16% na receita, alcançando R\$ 34.326 (R\$ 29.547 em 2023). Além disso, o EBITDA da Companhia atingiu R\$ 627, vs R\$ – 6.800 em 2023. A Mercafacil adicionou R\$ 434 em receita recorrente no ano, finalizando dezembro de 2024 com R\$ 3.200 em receita recorrente.

Em 2024 a Companhia estabeleceu uma parceria com a empresa Neogrid para escalar a venda do seu módulo de Indústria para outras indústrias. Essa parceria permitirá que a Mercafacil acesse novos clientes e amplie sua presença no mercado, com potencial para tornar o módulo de indústria um dos principais produtos vendidos pela empresa.

Ainda em 2024, a Companhia renovou o benefício fiscal Tecnoparque, patrocinado pela Prefeitura de Curitiba, com vigência até 2027. Com essa renovação, a alíquota do ISS incidente sobre a receita bruta foi reduzida de 5% para 2%, resultando em uma economia anual estimada em aproximadamente R\$ 1.200. A manutenção desse benefício foi de grande importância para o negócio da Companhia.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos técnicos, nas orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas pela diretoria em 30 de abril de 2025.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

b) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas das provisões para risco de crédito, a qual é reconhecida considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em períodos anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização conforme os valores demonstrados na Nota Explicativa nº 5.

c) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definido de acordo com as taxas descritas na Nota Explicativa no 6 e consideradas pela Administração como a melhor estimativa de vida útil dos bens. Os gastos com manutenção dos ativos da Companhia são alocados diretamente ao resultado do exercício, conforme são efetivamente realizados. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

d) Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo estes submetidos ao teste anual de “impairment” para avaliação e validação da recuperabilidade deles.

Ágio

O ágio de recuperabilidade futura é reconhecido em uma combinação de negócios pelo seu valor de custo, deduzidos das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

i) Redução ao valor recuperável

Os itens do intangível com vida útil definida e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor contábil testada quando houver indicadores potenciais de perda no valor recuperável ou anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

e) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Classificação de ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e

ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e

ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Apesar do disposto acima, a Companhia pode fazer a opção/designação irrevogável a seguir no reconhecimento inicial de um ativo financeiro:

i) A Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar variações subsequentes no valor justo de um investimento em instrumentos patrimoniais em outros resultados abrangentes se determinados critérios forem cumpridos (ver item **(ii)** a seguir);

ii) A Companhia pode designar irrevogavelmente um investimento em instrumentos da dívida que atenda aos critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como mensurado ao valor justo por meio do resultado se ao fazer isso a Companhia eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

Passivos financeiros e patrimônio líquido

Classificação como dívida ou patrimônio líquido

Os instrumentos da dívida e patrimoniais são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial.

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Porém, os passivos financeiros resultantes quando a transferência de um ativo financeiro não se qualifica para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, e os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas descritas a seguir.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for: **(i)** uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; **(ii)** mantido para negociação; ou **(iii)** designado ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- i)** For adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo; e
- ii)** No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

O passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se:

- i)** Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma; ou o passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada ou a estratégia de investimento da Companhia, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base; e
- ii)** O passivo financeiro faz parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e o **CPC 48** permite que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros que não sejam: **(i)** contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; **(ii)** mantidos para negociação; ou **(iii)** designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o exercício correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

f) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor pode ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável de ocorrer nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

g) Reconhecimento da receita

O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes, obedece a norma que estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste novo processo compreendem:

- A identificação do contrato com o cliente;
- A identificação das obrigações de desempenho;
- A determinação do preço da transação;
- A alocação do preço da transação; e
- O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes. A Administração avaliou os efeitos da aplicação da norma e não identificou alterações ou impactos no reconhecimento dessas receitas, no que diz respeito às possíveis variações nos valores contabilizados e às variações nas atividades de controles executados, dado que são reconhecidas à medida em que há a transferência de controle dos produtos e serviços. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre serviços.

2.2.1. Uso de estimativas e julgamentos

Na aplicação das principais práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6, a Administração da Companhia realiza anualmente a revisão da vida útil estimada, valor residual e método de depreciação dos bens do imobilizado.

b) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)

Com base na estimativa de perda dos saldos de contas a receber de clientes, a Administração contabiliza uma provisão a qual ela assume ser o prejuízo provável em virtude da incerteza de recebimento da transação. Os saldos da PCLD encontram-se demonstrados na Nota Explicativa nº 5.

c) Redução a valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução a valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar.

3. Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- i) O que se entende por direito de adiar a liquidação;
- ii) Que o direito de adiar deve existir no final do período das demonstrações contábeis;
- iii) Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a Companhia exercer seu direito de adiar;
- iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da Companhia de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

IAS/IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidencição) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma Companhia.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3): Demonstrações consolidadas

Em julho de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu o documento “Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11”, que incluiu pequenas alterações à IFRS 10 (Demonstrações Consolidadas), que também afeta o CPC 36 (R3) no Brasil. Essas alterações fazem parte do ciclo contínuo de melhorias anuais, com o objetivo de esclarecer ou corrigir questões pontuais nas normas contábeis.

Alterações principais à IFRS 10 no “Volume 11”: As alterações em ****IFRS 10**** são pequenas revisões, mas com um impacto relevante na aplicação da norma e na interpretação do controle para fins de consolidação.

i) Esclarecimento sobre a perda de controle: O IASB fez um esclarecimento sobre como as empresas devem tratar a perda de controle de uma subsidiária. A norma agora deixa mais claro o momento exato em que o controle é considerado perdido. Isso é especialmente importante para transações que envolvam venda de subsidiárias ou mudança no controle de uma subsidiária. Uma revisão detalhada dos passos que devem ser seguidos para avaliar se o controle foi realmente perdido, com foco na dados em que o controle deixa de existir.

ii) Avaliação do controle quando há influências externas: A revisão também aborda situações em que o controle de uma participação pode ser afetado por influências externas, como acordos com outras Empresas ou acionistas. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

3.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações alteradas ou emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IAS 21/CPC 02: Os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio intitulada falta de conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando a Companhia consegue obter a outra moeda dentro de um período que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações exequíveis.

A Companhia avalia se a moeda é conversível por outra moeda na data de mensuração e para um fim específico. Se a Companhia conseguir obter apenas um valor insignificante da outra moeda na data de mensuração para o fim específico, a moeda não é conversível por outra moeda.

A avaliação sobre se a moeda é conversível por outra moeda depende da capacidade da Companhia de obter a outra moeda e não de sua intenção ou decisão de fazer isso.

Quando a moeda não é conversível por outra moeda na data de mensuração, a Companhia deve estimar a taxa de câmbio à vista naquela data. O objetivo da Companhia ao estimar a taxa de câmbio à vista é refletir a taxa na qual uma transação de câmbio organizada ocorreria na data de mensuração entre participantes de mercado em condições econômicas vigentes.

As alterações não especificam como a Companhia estima a taxa de câmbio à vista para atender esse objetivo.

A Companhia pode usar uma taxa de câmbio observável sem ajuste ou outra técnica de estimativa.

Além disso, o IASB realizou alterações importantes na IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro para alinhar com a e fazer referência à IAS 21 revisada para fins de avaliação da conversibilidade.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, sendo permitida adoção antecipada. A Companhia não pode aplicar as alterações retrospectivamente e deve aplicar as disposições de transição específicas incluídas nas alterações.

A Companhia não espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis.

IFRS 18 – Apresentação e divulgações nas demonstrações contábeis

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis e introduziu novas exigências para:

- i)** apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado;
- ii)** apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações contábeis;
- iii)** melhorarias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

A Companhia deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a Companhia aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

A Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis.

IFRS 7 e 9: Instrumentos financeiros

Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações aos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 e divulgação da IFRS 7. As alterações têm como objetivo:

- (i) esclarecer que um passivo financeiro é desreconhecido na data de liquidação, ou seja, quando a obrigação relacionada é liquidada ou cancelada ou expira o passivo de outra forma que se qualifica para desreconhecimento;
- (ii) introduzir uma opção de política contábil para desreconhecer passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de pagamento eletrônico, antes da data de liquidação;
- (iii) esclarecer como avaliar as características contratuais do fluxo de caixa de ativos financeiros que incluem características ambientais, sociais e de governança e outras características contingentes semelhantes;
- (iv) esclarecer o tratamento de ativos sem recurso e instrumentos vinculados contratualmente;
- (v) exigir divulgações adicionais para ativos e passivos financeiros com termos contratuais que fazem referência a um evento contingente, incluindo aqueles que estão vinculados a ESG, e instrumentos patrimoniais classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia não espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O quadro compreende os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras.

Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos exercícios, e possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|------------------------|--------------|--------------|
| Conta corrente | 73 | 1.107 |
| Aplicações financeiras | 1.186 | - |
| Total | 1.259 | 1.107 |

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em renda fixa pós-fixada (CDB-DI), que remunera a um percentual fixo do CDI, determinado no momento da aplicação. A Companhia realiza essas transações financeiras com a instituição Itaú.

4.1. Títulos e valores mobiliários

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|------------------------|------------|------------|
| Aplicações financeiras | - | 3 |
| Total | - | 3 |

As aplicações financeiras eram representadas substancialmente por aplicações em renda fixa pós-fixada (CDB-DI), que remunerava a um percentual fixo do CDI, determinado no momento da aplicação. A Companhia encerrou a capitalização com o Sicoob em fevereiro de 2024.

5. Contas a receber

Composição dos saldos de contas a receber de clientes e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) por faixa de vencimento.

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--------------|--------------|--------------|
| Clientes | 4.023 | 3.924 |
| PCLD | (466) | (320) |
| Total | 3.557 | 3.604 |

| | 31/12/2024 | | | 31/12/2023 | | |
|----------------------|------------------|---------------------|---------------|------------------|---------------------|---------------|
| | Contas a receber | Provisão para perda | Saldo líquido | Contas a receber | Provisão para perda | Saldo líquido |
| A vencer | 3.323 | (9) | 3.314 | 3.391 | (10) | 3.381 |
| Vencidos | | | | | | |
| Até 30 dias | 97 | (7) | 90 | 117 | (5) | 112 |
| 31 a 60 dias | 32 | (14) | 18 | 41 | (10) | 31 |
| 61 a 90 dias | 24 | (12) | 12 | 46 | (26) | 20 |
| 91 a 120 dias | 13 | (10) | 3 | 29 | (21) | 8 |
| 121 a 180 dias | 25 | (22) | 3 | 45 | (37) | 8 |
| 181 a 365 dias | 197 | (89) | 108 | 162 | (142) | 20 |
| Acima mais de um ano | 312 | (303) | 9 | 93 | (69) | 24 |
| Total | 4.023 | (466) | 3.557 | 3.924 | (320) | 3.604 |

Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD):

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|------------------------------|--------------|--------------|
| Saldo inicial da PCLD | (320) | (120) |
| Constituição de provisão | (160) | (367) |
| Reversão de provisão | 14 | 167 |
| Movimentação Líquida | (146) | (200) |
| Saldo final da PCLD | (466) | (320) |

6. Imobilizado

A seguir encontram-se as movimentações dos ativos fixos da Companhia, e as respectivas vidas-úteis (em anos) por categoria. A Administração avaliou informações internas e externas, e não identificou indicativos que apontam para necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*) dos seus ativos imobilizados em 2024 e 2023.

| | Taxa de depreciação a.a. | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---------------------------------------|--------------------------|----------------|--------------|
| Computadores e periféricos | | 1.103 | 1.087 |
| Benfeitorias em imóveis | | 241 | 240 |
| Móveis e utensílios | | 170 | 167 |
| Máquinas e equipamentos | | 494 | 315 |
| Total do imobilizado | | 2.008 | 1.809 |
| Computadores e periféricos | 10% a.a. | (791) | (572) |
| Benfeitorias em imóveis | 20% a.a. | (183) | (159) |
| Móveis e utensílios | 10% a.a. | (80) | (63) |
| Máquinas e equipamentos | 10% a.a. | (157) | (101) |
| Total da depreciação acumulada | | (1.211) | (895) |
| Total do imobilizado líquido | | 797 | 914 |

| | Computadores e periféricos 10 anos | Benfeitorias em imóveis 05 anos | Móveis e utensílios 10 anos | Máquinas e equipamentos 10 anos | Total do imobilizado |
|-------------------------------|--|---------------------------------------|-----------------------------------|---------------------------------------|-------------------------|
| Saldo em | | | | | |
| 31 de dezembro de 2022 | 727 | 106 | 118 | 155 | 1.106 |
| Aquisições | - | - | - | 56 | 56 |
| Depreciação | (180) | (26) | (13) | (29) | (248) |
| Saldo residual em | | | | | |
| 31 de dezembro de 2023 | 547 | 80 | 105 | 182 | 914 |
| Aquisições | 17 | - | 4 | 178 | 199 |
| Depreciação | (220) | (24) | (17) | (55) | (316) |
| Saldo em | | | | | |
| 31 de dezembro de 2024 | 344 | 56 | 92 | 305 | 797 |

7. Intangível

| | Taxa de amortização a.a. | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---------------------------------------|--------------------------|--------------|----------------|
| Ágio controladas | - | 2.153 | 2.153 |
| Carteira de clientes | - | 1.163 | 1.545 |
| Software e tecnologias | - | 1.030 | 1.716 |
| Direito não competição | - | 98 | 164 |
| Intangível em andamento (i) | - | 169 | - |
| Total do intangível | | 4.613 | 5.578 |
| Carteira de clientes | 12,37% a.a. | (191) | (382) |
| Software e tecnologias | 20% a.a. | (343) | (686) |
| Direito não competição | 20% a.a. | (33) | (66) |
| Total da amortização acumulada | | (567) | (1.134) |
| Total do intangível líquido | | 4.046 | 4.444 |

(i) Em 2024, a Companhia iniciou três projetos, cujos gastos foram registrados como intangível em andamento, totalizando R\$ 169 mil em 31 de dezembro de 2024. Esses projetos foram concluídos em janeiro de 2025 e as amortizações começaram em fevereiro de 2025. Segue o detalhamento dos projetos:

- Projeto CAPAG: Desenvolvido com o objetivo de revisar a nota da capacidade de pagamento da Companhia (CAPAG), com amortização em 24 meses.
- Projeto Tecnoparque: Realizado para renovação do benefício do Tecnoparque, um programa municipal que oferece incentivos fiscais para empresas de base tecnológica em Curitiba, incluindo a redução da alíquota do ISS de 5% para 2%. O projeto tem amortização em 26 meses.
- Projeto Integração Mercapromo: Desenvolvimento de uma integração personalizada com um ERP terceiro, permitindo a conexão com a última versão do sistema da Companhia. Essa integração é permanente e reutilizável, permitindo que a Companhia aproveite os benefícios em projetos futuros. Amortização em 24 meses.

Esses projetos foram concluídos e colocados em uso, permitindo que a Companhia comece a aproveitar os benefícios associados a eles.

| | Ágio controladas | Carteira de clientes 8,1 anos | Software e tecnologias 05 anos | Direito não competição 05 anos | Intangível em andamento | Total do intangível |
|-------------------------------|---------------------|-------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|----------------------------|------------------------|
| Saldo residual em | | | | | | |
| 31 de dezembro de 2022 | 1.032 | 1.545 | 1.716 | 164 | - | 4.457 |
| Amortização | 1.121 | (382) | (686) | (66) | - | (13) |
| Saldo residual em | | | | | | |
| 31 de dezembro de 2023 | 2.153 | 1.163 | 1.030 | 98 | - | 4.444 |
| Amortização | - | (191) | (343) | (33) | - | (567) |
| Intangível em andamento | - | - | - | - | 169 | 169 |
| Saldo residual em | | | | | | |
| 31 de dezembro de 2024 | 2.153 | 972 | 687 | 65 | 169 | 4.046 |

Nas demonstrações contábeis, o ágio oriundo do investimento em controlada e mais valia na aquisição de controladas é classificado no intangível, visto sua incorporação.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (Ativo Intangível), correlacionado com as normas internacionais de contabilidade (IAS 38), os ativos são segregados do ágio (*goodwill*) quando, entre outros fatores, podem ser transferidos, vendidos ou licenciados, e quando os benefícios econômicos futuros podem ser reconhecidos e estimados de forma confiável.

8. Salários e encargos sociais

Os saldos de salários a pagar em aberto no passivo circulante são compostos pela remuneração bruta dos colaboradores, dos benefícios e dos encargos sociais incidentes sobre eles. A abertura desses saldos dá-se conforme demonstrado a seguir.

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|--------------|--------------|
| Provisão de férias | 1.658 | 2.192 |
| Salários e <i>pró-labores</i> | 883 | 283 |
| Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) | 320 | 221 |
| Imposto de Renda (IR) | 363 | 429 |
| Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) | 136 | 219 |
| Total | 3.360 | 3.344 |

9. Impostos a recolher

Os montantes de impostos a recolher são constituídos por obrigações tributárias da Companhia junto aos órgãos municipais, estaduais e federais. A disposição dos valores encontra-se a seguir.

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|------------|------------|
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) | 99 | 52 |
| Imposto Sobre Serviços (ISS) | 66 | 36 |
| Contribuição Social Retida a Recolher | 7 | 17 |
| Programa Integração Social (PIS) | 21 | 53 |
| Total | 193 | 158 |

10. Parcelamentos tributários

A abertura dos parcelamentos tributários em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 está demonstrada a seguir.

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|-----------------------------------|--------------|--------------|
| Parcelamentos previdenciários | 918 | 1.823 |
| Parcelamentos não previdenciários | 3.230 | 3.502 |
| Total | 4.148 | 5.325 |
| Passivo circulante | 1.789 | 1.803 |
| Passivo não circulante | 2.359 | 3.522 |
| Total | 4.148 | 5.325 |

Os parcelamentos não previdenciários referem-se aos débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), relativos a impostos e contribuições federais (PIS/Cofins/IRRF) e municipais (ISS).

O cronograma de vencimento dos parcelamentos tributários é apresentado da seguinte forma:

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--------------|--------------|--------------|
| 2024 | - | 1.803 |
| 2025 | 1.789 | 1.614 |
| 2026 | 1.231 | 1.140 |
| 2027 | 831 | 579 |
| 2028 | 297 | 189 |
| Total | 4.148 | 5.325 |

11. Patrimônio líquido

11.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 34.741 (R\$ 24.819 em 2023), representado por 3.947.629 ações ordinárias (2.820.241 em 2023) e 8.564 ações preferenciais (8.564 em 2023), com valor nominal de R\$ cada 8,78, cuja composição acionária está assim apresentada:

| | Capital social | Quantidade de ações | Participação |
|--------------|----------------|---------------------|----------------|
| Arosuco | 34.741 | 3.956.193 | 100,00% |
| Total | 34.741 | 3.956.193 | 100,00% |

Em 10 de setembro de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado autorizar a celebração de aditamento ao “Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Privadas, Conversíveis em Ações, Em Série Única, da Espécie Subordinada da Inovatech Network S.A.” constituída por 20.000.000 milhões (vinte milhões debêntures), com valor nominal unitário de R\$1 (um real), conforme aditado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, e o Debenturista.

Em 2023, a Companhia registrou eventos significativos de aumento de capital. Em 20 de março de 2023, ocorreu a conversão de debêntures por meio da 15ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), resultando na subscrição de 7.362 novas ações preferenciais Classe A, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pela Arosuco Aromas e Sucos Ltda.

Em julho de 2023, a Arosuco adquiriu 100% das ações da Mercafacil e realizou aportes totais de R\$ 12.441 na empresa. Desse montante, R\$ 4.800 foram registrados como aumento de capital por meio de duas Assembleias Gerais Extraordinárias: R\$ 2.000 na 17ª AGE (21/06/2023) e R\$ 2.800 na 18ª AGE (26/07/2023). O valor remanescente de R\$ 7.642 foi registrado em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e posteriormente convertido em aumento de capital em 2024.

Em 2024, a Companhia registrou aumentos de capital adicionais. Na Assembleia Geral Extraordinária de 17 de setembro de 2024, registrada na Junta Comercial do Paraná, foi registrado um aumento de R\$ 9.842 no Capital Social, referente aos aportes realizados em agosto de 2023 (R\$ 5.000), novembro de 2023 (R\$ 2.642), janeiro de 2024 (R\$ 900) e setembro de 2024 (R\$ 1.300). Além disso, em 13 de dezembro de 2024, foi registrado, através de AGE, mais um aumento de capital de R\$ 80.

No total, a Companhia recebeu R\$ 2.280 em aportes em 2024, que foram integralizados após registro em atas, totalizando um Capital Social de R\$ 34.741 em 31 de dezembro de 2024.

No ano de 2024, tivemos alguns eventos de aumentos de capital:

(i) Em outubro de 2024 (ATA 16 de julho de 2024), foi registrado um aumento do Capital Social de R\$ 9.842;

(ii) Em 13 de dezembro de 2024, foi registrado um aumento do Capital Social de R\$ 80, totalizando o valor de R\$ 34.741 em 31 de dezembro de 2024.

11.2. Reserva de capital

A reserva de capital é composta de ágio na emissão de novas ações no montante de R\$ 5.284, sendo estas operações realizadas em 2019:

a) Aumento de capital através da emissão de 4.869 novas ações, condicionado a um aporte financeiro de R\$ 4.000. Dessa forma a transação constituiu um ágio de R\$ 3.995 na emissão dessas novas ações, e

b) Conversão de debêntures no montante de R\$ 1.293, que frente à transformação em 3.608 ações gerando um ágio de R\$ 1.289 na emissão dessas novas ações.

11.3. Prejuízos acumulados

De acordo com o estatuto social, a Companhia deverá distribuir um valor mínimo de 25% do lucro líquido auferido a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis, na forma da Lei das Sociedades por Ações.

11.4. Dividendos

De acordo com o estatuto social, a Companhia deverá distribuir um valor mínimo de 25% do lucro líquido auferido a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis, na forma da Lei das Sociedades por Ações.

11.5. Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia possuía um saldo de R\$ 7.642 em adiantamento para futuro aumento de capital, proveniente de aportes realizados pela Controladoria em 2023, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 11.1. Este saldo foi integralmente convertido em aumento de capital em 2024.

12. Receita líquida

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|----------------|----------------|
| Receita recorrente | 37.420 | 32.272 |
| Outras receitas operacionais (receita não recorrente) | 795 | 631 |
| Receita operacional bruta | 38.215 | 32.903 |
| Impostos e devoluções | | |
| INSS - CPRB | (1.725) | (1.479) |
| Cofins | (1.150) | (977) |
| ISS | (765) | (662) |
| PIS | (249) | (212) |
| Devoluções | - | (26) |
| Total | (3.889) | (3.356) |

| | | |
|------------------------------------|---------------|---------------|
| Receita operacional líquida | 34.326 | 29.547 |
|------------------------------------|---------------|---------------|

A receita da Companhia tem a natureza de recorrência, ou seja, a cobrança dos serviços é realizada e paga mensalmente (mensalidade recorrente). O crescimento se dá mês a mês, de forma constante, vinda da adição de novos clientes, ou de *upsell* de novos serviços.

As receitas não recorrentes são oriundas de serviços não recorrentes, como taxa de implantação (cobrada apenas no início da contratação do serviço), pacotes avulsos de SMS e/ou e-mails e customizações.

13. Custos e despesas por natureza

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|-----------------|-----------------|
| Salários e <i>pró-labores</i> | (16.757) | (18.033) |
| Benefícios para funcionários | (3.077) | (3.380) |
| Serviços de terceiros | (709) | (1.510) |
| Encargos sociais | (2.467) | (2.903) |
| Envio de mensagens de texto | (4.379) | (3.990) |
| Tecnologia de terceiros | (3.746) | (3.502) |
| Materiais e infraestrutura de escritório | (90) | (462) |
| Comissões comerciais | (655) | (832) |
| Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) | (146) | (200) |
| Marketing e propaganda | (146) | (377) |
| Aluguel e condomínio | (277) | (257) |
| Viagens e locomoções | (336) | (326) |
| Despesas gerais | (819) | (860) |
| Impostos e taxas | (8) | (48) |
| Depreciação e amortização | (883) | (261) |
| Telefonia e comunicação | (87) | (106) |
| Outros | (822) | - |
| Total | (35.404) | (37.047) |

Classificados como

| | | |
|-----------------------------------|-----------------|-----------------|
| Custo dos serviços prestados | (9.035) | (9.275) |
| Despesas com vendas | (8.617) | (10.671) |
| Despesas gerais e administrativas | (6.573) | (6.422) |
| Despesas com P&D | (9.313) | (9.816) |
| Outras despesas | (1.866) | (863) |
| Total | (35.404) | (37.047) |

14. Resultado financeiro

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|--------------|----------------|
| Receitas financeiras | | |
| Ganho sobre operação <i>Earn-Out</i> | - | 867 |
| Descontos obtidos | 2 | (29) |
| Juros ativos | 32 | 14 |
| Outras receitas financeiras | 29 | - |
| PIS/Cofins sobre receitas financeiras | (4) | 0 |
| Rendimento de aplicações financeiras | 19 | 23 |
| Total | 78 | 875 |
| Despesas financeiras | | |
| Juros e atualizações monetárias | (450) | (1.373) |
| Descontos concedidos | (36) | - |
| Despesas bancárias | (93) | (9) |
| Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) | (4) | (251) |
| Total | (583) | (1.633) |
| Resultado financeiro, líquido | (505) | (758) |

15. Remuneração dos Administradores

A seguir é apresentada a remuneração global da Administração no exercício de 2024. A remuneração total do pessoal-chave da Administração reconhecida no resultado dos exercícios está apresentada no quadro da Nota Explicativa nº 13 nas rubricas “Salários e pró-labores” e “Benefícios para funcionários”.

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|--------------|--------------|
| Remuneração global da Administração | 1.069 | 1.015 |

16. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

16.1. Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratadas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Aplicações financeiras

De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, segundo avaliação do rating de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o rating e percentual máximo do patrimônio líquido do banco.

16.2 Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros, sendo: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros.

Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

Risco de crédito

O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e pelos procedimentos de avaliação e concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica Provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 5. A Companhia está sujeita a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

17. Provisão para riscos

A Companhia é parte em ações judiciais, tributárias, trabalhistas e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações. Os consultores jurídicos estimam as chances de perda como prováveis, possíveis e remotas.

No decorrer de 2024 a Companhia não possuía ações judiciais com probabilidade de perdas prováveis.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía um total de R\$ 141 mil com probabilidade de perdas possíveis (R\$ 141 mil em 31 de dezembro de 2023).

18. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. Os seguros vigentes no decorrer do exercício de 2024 e 2023 e suas respectivas coberturas são apresentadas a seguir.

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|---------------|---------------|
| Coberturas | | |
| Responsabilidade Civil de administradores, diretores e/ou conselheiros (D&O) | - | 12.484 |
| Roubo, furto, avarias e demais danos patrimoniais | 1.476 | 1.433 |
| Seguro de vida empresarial em grupo (morte/invalidez de colaboradores) | 12.352 | 12.352 |
| Total | 13.828 | 26.269 |

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

19. Transações que não afetam caixa

A Companhia realizou transações que não geraram efeitos de caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|----------------|------------|------------|
| Afac | 7.642 | - |
| Capital social | (7.642) | - |
| Total | - | - |

20. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia avalia anualmente a ocorrência de eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis. Não ocorreram eventos compreendendo a data das demonstrações e a data de sua aprovação que devessem ser ajustados ou divulgados nas demonstrações contábeis.

* * *